



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

RELATÓRIO 2014

Brasília, dezembro de 2014

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Teixeira – Ministra de Estado

Francisco Gaetani – Secretário Executivo

SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL

Carlos Augusto Klink – Secretário

Fernando Antonio Lyrio Silva – Chefe de Gabinete

MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO CLIMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Francisco Gaetani
Carlos Augusto Klink

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Carlos Afonso Nobre
Gustavo Luedemann

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Gabriel Rangel Visconti
José Guilherme da Rocha Cardoso

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Altino Ventura Filho
Jorge Paglioli Jobim

COMUNIDADE CIENTÍFICA

José Antonio Marengo
Jaílson Bittencourt de Andrade

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Antônio Divino Moura
Renato de Oliveira Brito

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Rubens Harry Born
Guilherme Zaniolo Karam

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva
Ronan Luiz da Silva

FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Luiz Pinguelli Rosa
Neilton Fidelis da Silva

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Alexandre Comin
Beatriz Martins Carneiro

ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR INDUSTRIAL

Paula Pinto Bennati
Percy Batista Soares Neto

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Dione Maria de Freitas
Carlos Eduardo Portela Sturn

ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR RURAL

Fábio Nogueira de Avelar Marques
Marina Stefani Carlini

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Fernando Araldi
Placido Souza Beserra

TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES RURAIS TRADICIONAIS

Antoninho Rovaris
Eliziário Noé Boeira Toledo

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Aloísio Lopes Pereira de Melo
Ana Luíza Oliveira Champloni

TRABALHADORES DA ÁREA URBANA

Jasseir Alves Fernandes
Fátima Cristina Faria Palmieri

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Everton Frask Lucero
Rafael da Soler

ESTADOS

Márcia Valle Real
Josilene Ticianelli Vannizini Ferrer

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Felipe Taufik Daud
Érico Leonardo Ribas Féltrin

MUNICÍPIOS

Pedro Wilson Guimarães
Valtemir Bruno Goldmeier

MISSÃO

O Fundo Clima é um instrumento de financiamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima que viabiliza ações inovadoras e transformadoras de organizações empreendedoras públicas e privadas em adaptação e mitigação.

VISÃO

Ser reconhecido pelo governo e pela sociedade como instrumento eficiente de contribuição ao enfrentamento dos desafios/efeitos da mudança do clima.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

1. ANTECEDENTES

2. ESTRUTURA ATUAL E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Organização Administrativa e Institucional

2.2. Diretrizes e Prioridades

3. APOIO A PROJETOS

3.1. Orçamento 2014

3.2. Recursos Reembolsáveis Aplicados em 2014

3.3. Recursos Não-Reembolsáveis Aplicados em 2014

3.4. Carteira de Projetos

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Avaliação preliminar do desempenho do Fundo

EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

ANEXOS

SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGU – Controladoria Geral da União

DCD – Departamento de Combate à Desertificação

EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FBMC – Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

FNMC – Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISA – Instituto Socioambiental

LOA – Lei Orçamentária Anual

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NPCFF – Núcleo de Pesquisa e Conservação da Fauna e Flora Silvestre

PAAR – 2015 – Plano Anual de Aplicação de Recursos

PICK-UPAU – Agência Ambiental Pick-Upau

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNMC – Política Nacional sobre Mudança do Clima

PPA – Plano Plurianual

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal

SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

SMCQ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as ações do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Fundo Clima em 2014, bem como sua evolução nos últimos quatro anos.

O Fundo Clima é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, servindo-lhe de suporte financeiro para viabilizar e potencializar suas diretrizes e objetivos. Embora o desafio das políticas públicas para enfrentar as questões postas pela mudança do clima seja imenso e compartilhado entre vários atores públicos e privados, a contribuição do Fundo Clima pode ser significativa ao viabilizar ações inovadoras e transformadoras.

O Fundo não é um agente direto de mitigação das emissões e adaptação às mudanças, mas, antes, um meio para fortalecer as ações que promovam uma economia de baixo carbono e reduzam o impacto das mudanças do clima nos ecossistemas e nas populações mais vulneráveis. Ele apóia projetos voltados à estruturação dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (implantação de infraestrutura de coleta e tratamento de informações climáticas, monitoramento de emissões, desenvolvimento de metodologias e procedimentos técnico-científicos, avaliação e prevenção de riscos e de impactos, formulação e implementação de planos), bem como projetos experimentais de mitigação e adaptação (recuperação e adaptação nas áreas vulneráveis dos ecossistemas costeiros e semiáridos, nas áreas desmatadas e de ocupação inadequada, projetos que tenham como consequência a redução de emissão de gases de efeito estufa).

Sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Comitê Gestor do Fundo, composto por entidades governamentais e não governamentais, orienta suas ações, ditadas pelas diretrizes da PNMC, e a aplicação dos recursos disponíveis.

Sua principal fonte de recursos foi originalmente a participação especial que cabe à União pela exploração de petróleo e gás natural, tornando o Fundo Clima um caso pioneiro no mundo. Entretanto, com a alteração da Legislação do Petróleo, em 2012, os recursos passaram a ser alocados com recursos ordinários do Tesouro Nacional e por recursos decorrentes de aplicação financeira do próprio Fundo. A estabilização dos fluxos de recursos aguarda regulamentação da Lei nº 12.351/2010, que criou o Fundo Social, vinculado à Presidência da República.

Com as restrições orçamentárias dos últimos dois anos, os recursos disponíveis foram reduzidos, contingenciados ou retidos, restringindo-se a ampliação dos projetos. Ainda assim, o Fundo Clima já investiu perto de R\$200 milhões em projetos sobre mudança do clima.

Carlos Augusto Klink
Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

1. ANTECEDENTES

O Fundo Clima iniciou suas operações em 2011 e já apoiou 189 projetos não reembolsáveis e 5 projetos reembolsáveis, aplicando cerca de R\$200 milhões.

Após um período inicial de estruturação administrativa e institucional, o Fundo tem operado rotineiramente para a implantação das diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, bem como executado seu orçamento anual com projetos de mitigação e adaptação, nas modalidades reembolsável e não-reembolsável.

As ações do Fundo Clima convergem com a gestão de resultados contida no Planejamento Estratégico do MMA 2015 – 2022 ao contribuir para a geração de resultados ambientais efetivos nas agendas prioritárias. Como instrumento de financiamento à Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Clima é transversal às agendas prioritárias do MMA, embora seu foco finalístico elementar seja a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e resiliência aos efeitos das mudanças do clima. Desta forma, o financiamento às prioridades da Política Nacional sobre Mudança do Clima, bem como o apoio a sua própria estruturação produz um efeito de espraiamento nas agendas prioritárias ao dialogar com ações de combate ao desmatamento, recuperação de áreas degradadas e manejo florestal, conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos, uso sustentável do território e gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, entre outras.

Dessa forma, apoia ações da PNMC de responsabilidade de outros Ministérios e setores governamentais e compartilha esforços com a sociedade civil para mitigar e reduzir impactos das mudanças climáticas.

Apesar dos esforços empreendidos nos últimos quatro anos, alguns desafios e dificuldades permanecem e encontram-se em estágios diferentes de evolução. Eles são de três ordens, conforme descrição a seguir: institucionais, execução orçamentária e de comunicação.

a) Quanto à sua institucionalização, cabe destacar que o Fundo opera administrativamente com poucos recursos humanos e materiais, inadequados às perspectivas de crescimento e ampliação dos apoios reembolsáveis e não reembolsáveis. A consolidação de um quadro mais estável de funcionários no setor, em número adequado e bem capacitado, permanece como um desafio, uma vez que a disponibilização de servidores e a formação de recursos humanos nessa área é deficitária no país. Além disso, é necessário também aprofundar atividades de planejamento organizacional, iniciadas em 2012 e com produtos elaborados (glossário de termos técnicos e gerenciais, roteiro para elaboração de propostas e manual de orientação para apresentação de projetos), mas interrompidas momentaneamente pela paralisação da cooperação técnica que aguarda assinatura das partes envolvidas, notadamente a GIZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã.

b) Quanto aos recursos para aplicação em projetos, embora tenha executado mais de 99% dos recursos disponíveis nas dotações orçamentárias, os limites vêm caindo significativamente, ficando aquém das possibilidades de execução e dos compromissos assumidos em anos anteriores. Destaque-se que, em relação aos recursos não-reembolsáveis, os limites de gasto foram reduzidos a 1/3 do valor disponível no primeiro ano, mesmo com a utilização de recursos provenientes de rendimentos financeiros dos valores destinados às operações reembolsáveis mantidos pelo BNDES. Já, em relação aos recursos reembolsáveis, o Fundo tem operado com valores disponibilizados referentes aos orçamentos previstos para os anos de 2011 e 2012, comprometidos com projetos já enquadrados, aprovados e contratados pelo BNDES. As dotações dos orçamentos dos exercícios de 2013 e 2014 encontram-se inscritas em Restos a Pagar e, até o presente momento, os recursos financeiros não foram disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional.¹

1 A operacionalização dos financiamentos reembolsáveis com recursos do Fundo Clima ocorre no âmbito do “Programa Fundo Clima”, criado pelo BNDES, e atualmente dispõe de dotação orçamentária prevista de até R\$ 1.280.000.000,00 (um bilhão e duzentos e oitenta milhões de reais). No entanto, essa dotação está condicionada ao recebimento, pelo BNDES, dos recursos do Fundo Clima. As transferências já efetuadas ao BNDES totalizam R\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais), estando pendentes duas transferências de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) – referentes aos anos de 2013 e 2014.

c) A comunicação do Fundo melhorou significativamente, porém ainda não é estruturada. Apesar de ser reconhecido como instituição, dada a relevância do tema mudança do clima e pelo fato de a PNMC ser uma das principais prioridades do governo federal, os resultados, o montante investido e as metas alcançadas não são do conhecimento do público interno e externo. O conhecimento acerca do Fundo vem sendo disseminado pelos primeiros resultados de projetos apoiados, que acabam gerando impactos em outras ações, programas e projetos públicos ou privados. As discussões sobre indicadores de monitoramento e indicadores de impacto dos projetos, iniciadas em 2013, bem como alguns resultados agregados de eficiência e eficácia já apurados, tiveram um pequeno avanço em 2014, com o lançamento do Atlas de projetos. Entretanto, eles ainda necessitam tanto de aperfeiçoamento e validação, quanto de interlocução com agentes de dentro e de fora do poder público. Nesse contexto, ocupa papel fundamental o projeto de Avaliação Externa do Fundo, contratado e em andamento.

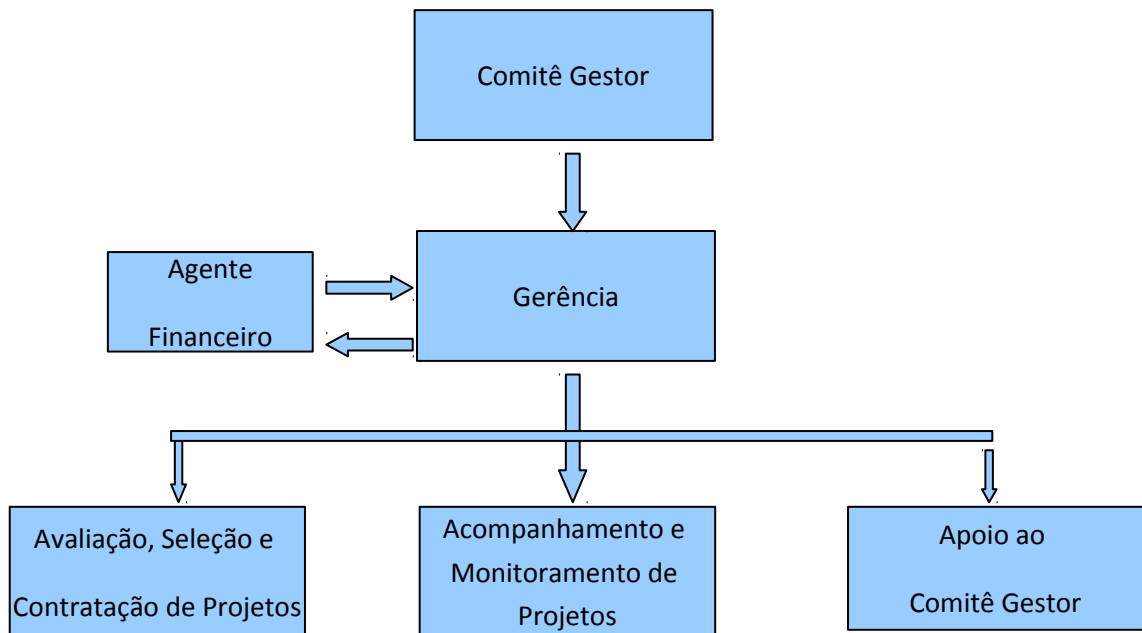
O ano de 2014 encerrou-se, assim, com avanço das metas propostas no PPA 2012 - 2015, já suplantadas mesmo sem contar o último ano, e finalizando o ciclo das diretrizes bienais iniciado em 2013, cujas novas prioridades deverão ser discutidas e estabelecidas no início de 2015.

2. ESTRUTURA ATUAL E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Organização Administrativa e Institucional

O Fundo Clima é constituído por um Comitê Gestor, uma Gerência com papel de secretaria executiva e um Agente Financeiro.

A organização atual encontra-se esboçada na figura a seguir:



2.1.1. Comitê Gestor

O **Comitê Gestor**, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, é vinculado ao MMA, que o coordena, e tem como atribuições aprovar a proposta orçamentária e o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR, estabelecer diretrizes bienais e prioridades na aplicação de recursos, aprovar projetos não-reembolsáveis e relatórios anuais de atividades e desempenho do agente financeiro e da coordenação do Fundo.

Durante o ano de 2014, foram realizadas 04 (quatro) Reuniões Ordinárias do Comitê Gestor, conforme a Portaria nº 35, de 27 de janeiro de 2014 .

O Quadro a seguir resume as reuniões do Comitê Gestor realizadas em 2014.

REUNIÕES DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO CLIMA - 2014

REUNIÕES ORDINÁRIAS

REUNIÕES	DATA	PAUTA
12ª Reunião	05/02/2014	Apresentação das Contas 2013
		Diretrizes e Prioridades para 2014
		Proposta e discussão PAAR 2014
13ª Reunião	15/04/2014	Apreciação do texto PAAR 2014
		Projetos selecionados Editais 01 e 02/2014
		Apresentação Projeto Copa do Mundo
		Apresentação proposta de indicadores de impacto
14ª Reunião	28/08/2014	Propostas de remanejamento PAAR 2014
		Parceria Banco do Brasil: serviços ecossistêmicos
		Proposta BNDES monitoramento de emissões dos projetos
15ª Reunião	04/12/2014	Situação execução orçamentária 2014
		Propostas de remanejamento PAAR 2014
		Apresentação Andamento dos projetos 2011 - 2014
		Apresentação Projeto Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira - UFRG
		Apresentação Projeto Apoio ao Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima - UFRJ
		Apreciação proposta de Calendário 2015

Estavam previstas e ocorreram 4 (quatro) reuniões ordinárias do Comitê Gestor, as quais transcorreram nas respectivas pautas e com ampla participação dos membros do Comitê Gestor e de convidados e palestrantes ocasionais. Suas deliberações estão registradas em atas aprovadas pelos próprios representantes e divulgadas no sítio do MMA.

2.1.2. Gerência Fundo Clima

A **Secretaria Executiva** do Fundo Clima é uma gerência vinculada ao Gabinete da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ/MMA, com a atribuição de coordenar as ações do Fundo e exercer a função de apoio administrativo e operacional para proceder à instrução, celebração e demais

procedimentos que tenham por objeto a execução de projetos não reembolsáveis apoiados pelo Fundo.

A Gerência do Fundo Clima está organizada para atender a três aspectos administrativos: i) viabilizar a contratação de projetos não-reembolsáveis e a transferência de recursos reembolsáveis ao agente financeiro; ii) acompanhar a execução dos projetos não reembolsáveis e seu respectivo monitoramento de resultados; e iii) apoiar as atividades do Comitê Gestor.

A equipe da Coordenação do Fundo Clima conta hoje com 7 funcionários, dos quais 4 (quatro) são servidores vinculados ao MMA, 2 (dois) são servidores de carreira do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e um é terceirizado. (Detalhamento no Quadro abaixo).

**COORDENAÇÃO FUNDO CLIMA
FUNÇÕES, CARGOS E ATIVIDADES – Dez 2014**

FUNÇÃO	QTIDADE	CARGO	ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Gerência	1	101.4	Coordenação Geral	Servidor estável - MPOG
Serviços técnicos	1	EPPGG	Avaliação e Monitoramento de projetos, formulação de insumos técnicos e relatórios anuais	Servidor estável - MPOG
Serviços administrativos	1	Agente de Portaria	Execução e acompanhamento de convênios e descentralizações	Servidor Estável - MMA
Secretariado	1	Secretária	Atendimento, elaboração de correspondência, agenda	Terceirizado
Apoio Administrativo	1	Agente Administrativo	Controle e tramitação de documentos, emissão de passagens,	Servidor Estável - MMA
Serviços técnicos	2	Analista ambiental	Planejamento organizacional, fiscalização e acompanhamento de projetos, insumos técnicos e relatórios	Servidor Estável - MMA

Tais servidores executaram, em 2014, as atividades rotineiras prioritárias de organização dos processos administrativos, acompanhamento e avaliação dos projetos, atividades de planejamento do desenvolvimento organizacional e suporte ao Comitê Gestor. Como nos exercícios anteriores, a Coordenação utiliza, com frequência, apoio externo eventual de outras unidades da SMCQ ou de outras Secretarias do MMA, para atividades técnicas de avaliação, análise e fiscalização de projetos.

O Quadro a seguir apresenta a situação dos servidores do Fundo durante os últimos quatro anos por função. Destaque-se que o Fundo vem operando com um quadro reduzido, que oscila ao longo dos anos, tanto entre as funções, quanto entre o número total.

FUNÇÃO	QTIDADE			
	2011	2012	2013	2014
Gerência	1	1	1	1
Serviços técnicos	3	5	5	3
Serviços administrativos	2	2	2	2
Serviços de secretariado	0	1	1	1
TOTAL	6	9	9	7

O Quadro a seguir apresenta a situação dos servidores do Fundo durante os últimos quatro anos por cargo. Observe-se que, do número total de servidores, parcela significativa, ao longo dos anos, foi composta por força de trabalho não permanente do MMA, considerando-se os cedidos (EPPGG), temporários e terceirizados.

CARGO	QTIDADE			
	2011	2012	2013	2014
DAS 101.4	1	1	1	1
DAS 101.1	1	1	1	1
EPPGG	2	1	1	1
Analista Ambiental	0	3	3	2
Contrato Temporário	2	1	1	0
Terceirizado	0	1	1	1
Agente Administrativo	0	1	1	1
TOTAL	6	9	9	7

Por outro lado, houve o encerramento de contrato de trabalho com servidor temporário, sem que houvesse a possibilidade de renovação, além da cessão de uma servidora permanente ao Serviço Florestal Brasileiro - SFB, em maio de 2014, que não foi substituída até o momento.

Parte dos produtos necessários, foram elaborados por meio de consultoria externa, via cooperação técnica. Em 2014, foram contratados três consultores, por meio do IICA, para reforçar a área de acompanhamento dos convênios e projetos, para elaborar uma base de dados sobre os projetos apoiados e para propor um arranjo institucional entre instituições financeiras para fortalecer o Fundo. Tratam-se de profissionais selecionados publicamente, com ampla experiência nas respectivas áreas de atuação e que atuaram de forma intensa junto aos parceiros na orientação aos projetos.

Considerando-se a relação entre o custo de manutenção da Gerência do Fundo (95% dos custos totais são salários) e os recursos executados, no caso dos recursos não reembolsáveis, estima-se que para cada real gasto, foram investidos R\$ 21,00 em projetos na média dos últimos quatro anos. Não se computou nessa relação o tempo necessário para viabilizar a gestão e acompanhamento da transferência dos recursos reembolsáveis, bem como a produção de subsídios para viabilizar as diretrizes de aplicação destes recursos, que, porém, é expressivo (equivale a cerca de 15% do tempo gasto nas atividades da Gerência). Em valores executados, cada servidor da Gerência do Fundo Clima (indistintamente técnicos e administrativos), executou cerca de R\$2,6 milhões de recursos não reembolsáveis na média dos últimos quatro anos. Essa média tende a cair em função de cenários de contenção fiscal.

2.1.3. Agente Financeiro

O **Agente Financeiro** do Fundo Clima é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme expresso na sua Lei de criação. Durante o ano de 2014, a Gerência do Fundo executou, junto ao BNDES, as seguintes atividades principais:

- Discussão e proposição de insumos para formular diretrizes para os projetos reembolsáveis, proporcionando subsídios ao BNDES para a manutenção do Programa denominado "Fundo Clima".

- Elaboração, discussão e proposição de insumos para elaborar o terceiro e o quarto termos aditivos ao Contrato para transferência de recursos e prorrogação de prazo.

Cabe ressaltar que, no ano de 2014, os recursos reembolsáveis foram comprometidos com projetos apresentados ao Banco, em especial por decorrência do Plano Inova Empresa, e com a disponibilização de recursos para os projetos de energia solar vencedores do Leilão de Energia de Reserva de 31 de outubro de 2014 (LER/2014).

2.1.4. Resumo das Atividades Desenvolvidas

As principais atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 e executadas pela Gerência do Fundo são apresentadas no Quadro abaixo.

FUNDO CLIMA Linha do Tempo – Atividades 2014

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
Elaboração Relatório 2014 Preparação do PAAR 2015 Elaboração da Chamada 01/2014	Fiscalização de projetos Finalização e publicação Chamada 01/2014 Elaboração e publicação dos Editais 01 e 02/2014 Reunião Comitê Gestor	Processo seletivo de projetos Fiscalização de projetos
ABRIL	MAIO	JUNHO
Processo seletivo de projetos Elaboração de Aditivo Contrato BNDES Reunião Comitê Gestor	Processo Seletivo de projetos Processo de contratação de projetos Início do processo do 3º Termo Aditivo BNDES Auditoria CGU	Processo de contratação de projetos Auditoria CGU
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Recebimento e avaliação projetos dirigidos Preparação minuta aditivo de contrato BNDES Proceso de contratação de projetos Auditoria CGU	Reunião Comitê Gestor Monitoramento de projetos Processo de contratação projetos Análise da situação de termos de cooperação	Processo de contratação projetos Avaliação de projetos Análise da situação de termos de cooperação
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Assinatura do 3º Termo Aditivo BNDES Início do processo do 4º Termo Aditivo BNDES Análise da situação de convênios	Elaboração aditivo Contrato BNDES Avaliação de projetos Análise da situação de convênios Capacitação de convenentes	Execução orçamentária Assinatura 4º Termo Aditivo BNDES Reunião Comitê Gestor Elaboração de relatórios de prestação de contas

Ao longo de 2014, foram realizadas pela Gerência do Fundo Clima atividades de monitoramento e avaliação dos projetos não-reembolsáveis vigentes, além de apoio aos responsáveis pelos projetos em sua execução. Foram concluídos treze projetos e as prestações de contas correspondentes e as avaliações físico-financeiras respectivas devem ser finalizadas no primeiro semestre de 2015.

O projeto de desenvolvimento organizacional, que foi iniciado em 2011, e cujas principais entregas foram realizadas ao final de 2013, como o glossário de termos técnicos e gerenciais do Fundo, o roteiro para elaboração de projetos não-reembolsáveis e também um levantamento dos instrumentos gerenciais utilizados pelo Fundo Clima, dentre eles a padronização das chamadas e dos editais, foram testadas ao longo de 2014. O roteiro de elaboração foi disponibilizado no sítio do MMA e utilizado pelos os proponentes durante a chamada de projetos de 2014.

2.2. Diretrizes e Prioridades

O ano de 2014 marcou o fim do segundo ciclo de gestão do Fundo (2013-2014), consoante o inciso III do art. 9º do Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, que define, dentre as competências do Comitê Gestor, estabelecer diretrizes, com frequência bienal, e prioridades para a aplicação dos recursos.

As diretrizes e prioridades do biênio 2013 e 2014 foram definidas na 9ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor, realizada em 19 de fevereiro de 2013, nos termos do art.13 do Decreto nº 7.343/2010:

- Na área de mitigação, ações relacionadas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos planos setoriais, a saber: combate ao desmatamento dos biomas brasileiros, geração e distribuição/transporte de energia, agropecuária, produção de carvão vegetal e melhoria dos processos na siderurgia, transporte público urbano e sistemas modais de transportes interestadual de carga e passageiros, indústria de transformação e bens de consumo duráveis, indústrias químicas, fina e de base, indústria de papel e

celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços de saúde, economia florestal, cidades sustentáveis e gestão de carbono.

- Na área de adaptação, ações estratégicas relacionadas às áreas identificadas como as mais vulneráveis, a saber: elaboração da estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas e aos seus efeitos, práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semiárido, capacitação e treinamento, monitoramento e avaliação.

O PAAR 2015 deverá estabelecer as novas diretrizes e prioridades para o biênio 2015 – 2016, considerando os projetos em andamento que demandam previsão de recursos.

3 APOIO A PROJETOS

Atualmente, estão em execução projetos financiados com recursos não reembolsáveis dos orçamentos de 2011 a 2014, bem como os projetos que contam com recursos reembolsáveis.

3.1. Orçamento 2014

Os recursos totais propostos no PLOA 2014 e aprovados pelo Congresso Nacional em 20 de janeiro de 2014 ([Lei nº 12.952/2014](#)), foram de **R\$393.203.482,00 (trezentos e noventa e tres milhões, duzentos e três mil e quatrocentos e oitenta e dois reais)** dos quais **R\$ 2.595.702,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e setecentos e dois reais)** como reserva de contingência, resultando em um valor de **R\$ 390.607.780,00 (trezentos e noventa milhões, seiscentos e sete mil e setecentos e oitenta reais)**, distribuídos da seguinte forma:

- a) **R\$360.000,000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais)** em recursos reembolsáveis, originários da fonte 100 – recursos ordinários, para financiamento a projetos que visem a mitigação da mudança do

clima e a adaptação a mudança do clima e aos seus efeitos, conforme o disposto na Lei nº 12.114, de 2009, e no Decreto nº 7.343, de 2010, e **R\$3.203.482,00 (três milhões, duzentos e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais)** a serem transferidos como pagamento ao agente financeiro do Fundo Clima.

b) **R\$27.052.298,00 (vinte e sete milhões, cinquenta e dois mil e duzentos e noventa e oito reais)** em recursos não-reembolsáveis, dos quais **R\$ 17.052.298,00 (dezessete milhões, cinquenta e dois mil e duzentos e noventa e oito reais)** da fonte 280 – Recursos Próprios Financeiros e **R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)** da fonte 196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais.

c) **R\$352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais)** para gestão e administração da Unidade, a serem administrados pelo Fundo para execução de suas atividades de manutenção.

Como o Orçamento Geral da União foi aprovado em janeiro de 2014, o PAAR 2014 foi desenvolvido em duas fases. O Quadro de Prioridades do PAAR 2014 apresentou tanto uma lista de tipos de projetos não-reembolsáveis já em andamento desde o exercício anterior ou em estágio adiantado de elaboração de instrumento legal para execução, quanto uma listagem dos tipos de projetos dependentes de aperfeiçoamentos e futuras disponibilidades de recursos. Assim, o Comitê Gestor aprovou, com base na LOA 2014, a execução da lista inicial de ações na 12ª Reunião Ordinária, de 05 de fevereiro de 2014, enquanto a execução do restante ficou condicionada à disponibilidade de novos recursos a medida que fossem liberados posteriormente ou sobrassem por inexecução de algum projeto.

Em resumo, a LOA 2014 apresentou a distribuição a seguir:

LOA 12.952/2014 – FUNDO CLIMA

REEMBOLSÁVEL	ORÇAMENTO
LOA 100 – REEMBOLSÁVEL	R\$ 360.000.000,00
LOA 100 – AGENTE FINANCEIRO	R\$ 3.203.482,00
TOTAL	R\$ 363.203.482,00
NÃO REEMBOLSÁVEL	
LOA 196 – DOAÇÕES	R\$ 10.000.000,00
LOA 280 – RECURSOS PRÓPRIOS	R\$ 17.052.298,00
LOA 280 – ADMINISTRAÇÃO	R\$ 352.000,00
LOA RESERVA CONTINGÊNCIA	R\$ 2.595.702,00
TOTAL	R\$ 30.000.000,00
TOTAL REEMB + NÃO REEMB	R\$ 393.203.482,00

O Quadro a seguir apresenta a proposta de linhas de ação/projetos aprovados com base na LOA antes do estabelecimento de limites de gasto (contingenciamento):

ÁREAS	TEMAS	TIPOS DE PROJETOS	RECURSOS/
Área 1 Desenvolvimento e Difusão Tecnológica	Incentivo a eficiência energética e ao desenvolvimento e aplicação de fontes de energia de menor contribuição para produção de GEE direta ou indiretamente	Projetos e Estudos para aproveitamento energético do biogás (aterros sanitários, dejetos da pecuária,) e da energia solar	R\$ 2.100.000,00
		Promoção de Eficiência Energética e uso sustentável da biomassa pela indústria de cerâmica e gesso no nordeste	R\$ 1.800.000,00
Área 2 Práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semi-árido	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio como semi-árido	Chamadas públicas 01, 02, 03, 04, 08, 09	R\$ 1.946.429,40
Área 3 Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização	Capacitação e treinamento para a mudança do clima	Apoio ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climática	R\$ 200.000,00
Área 4 Adaptação da Sociedade e Ecossistemas	Conservação e Restauração de Áreas Naturais para Manutenção e Restabelecimento de Serviços Ecossistêmicos	Serviços Ecossistêmicos: recuperação, proteção e restauração de nascentes e de ambientes naturais	R\$ 3.000.000,00
	Mapeamento de vulnerabilidades à perda de recursos naturais	Impactos das mudanças climáticas globais sobre os recursos hídricos do bioma cerrado	R\$ 282.000,00
	Componente Adaptação ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima	Construção de Indicadores de Vulnerabilidade da População como Insumo para elaboração das Ações de Adaptação à Mudança do Clima no Brasil	R\$ 1.230.000,00
	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias nos biomas brasileiros	Chamadas públicas para cerrado, mata atlântica e amazônia	R\$ 2.885.000,00
Área 5 Monitoramento e Avaliação	Sistemas de monitoramento de Emissões estaduais e municipais	Monitoramento de emissões de grandes eventos (evento copa)	R\$ 1.351.405,60
	Estruturação de Coleta e Bases de Informação	Projetos Estratégicos para Recuperação de Dados Meteorológicos Históricos e medições de GEE	R\$ 800.000,00
		Sistema de Coleta de Informações Oceanográficas: fortalecimento do Programa Nacional de Bóias	R\$ 1.540.000,00
		TOTAL PREVISTO PARA EXECUÇÃO IMEDIATA	R\$ 17.134.835,00

O contingenciamento no orçamento ao longo de 2014, à semelhança do ocorrido em 2013, causou reduções nos valores inicialmente previstos na LOA, provocando alterações significativas na alocação dos recursos.

A versão final do PAAR 2014 foi aprovada definitivamente na 13ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor, em 15 de abril de 2014. Antes desse período, a Gerência do Fundo trabalhou com as prioridades aprovadas durante a Reunião Ordinária anterior.

Além disso, os recursos aprovados na LOA, na fonte 196 – Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, não foram efetivados, uma vez que as negociações com o provável doador não foram conclusivas. Assim, o orçamento para recursos não reembolsáveis foi operado apenas com a fonte 280 – Recursos Próprios Financeiros, então disponível. Ressalte-se que a possível doação ao Fundo somente se efetiva se, formalmente, ela estiver prevista na LOA.

Em relação à modalidade reembolsável, estruturou-se a elaboração e aprovação dos terceiro e quarto termos aditivos ao contrato entre MMA e BNDES para a transferência dos recursos e para a prorrogação de prazo. Em relação ao terceiro aditivo, o processo teve início em maio e a assinatura ocorreu em 06 de outubro de 2014. Entretanto, os recursos não foram repassados pela STN até o final do exercício, acumulando com o exercício anterior, e incluídos em Restos a Pagar. Além disso, os valores relativos ao pagamento ao agente financeiro, alocados na LOA, foram contingenciados em parcela significativa de cerca de 60%, totalizando o valor de **R\$1.503.327,00 (hum milhão, quinhentos e três mil e trezentos e vinte e sete reais)**, também incluídos em restos a pagar. Ao final do ano, houve a necessidade de elaborar o quarto aditivo para prorrogação do contrato, uma vez que o seu vencimento é no início de dezembro.

Dado o impacto da redução de gastos no orçamento do MMA, houve um recolhimento total dos limites para empenho, até que fosse possível um redimensionamento das prioridades e uma redistribuição dos limites para as unidades orçamentárias. Como isso ocorreu no segundo semestre de 2014, os remanejamentos foram aprovados na 14ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor,

realizada em 28 de agosto de 2014. Ao final do exercício, pequenos ajustes foram realizados nos valores finais das linhas de ação e projetos, dadas as capacidades de execução das instituições parceiras ou por limites impostos pelo orçamento, tendo sido aprovados na 15ª Reunião Ordinária de 05 de dezembro de 2014.

3.2. Recursos Reembolsáveis Aplicados em 2014

Em 2014, o BNDES, agente financeiro do Fundo Clima, firmou três contratos de financiamento para apoio a projetos com recursos do Fundo Clima, sendo 02 na linha de cidades sustentáveis - capacidade produtiva de equipamentos para redes elétricas inteligentes (*smart grids*) e 01 na linha de energias renováveis/projetos inovadores - capacidade produtiva para módulos fotovoltaicos, totalizando R\$35,2 milhões. Somados às duas contratações de anos anteriores, os projetos apoiados são em número de 5 projetos, conforme quadro a seguir:

Subprograma	Projeto	Valor de Apoio do Fundo Clima (em mil R\$)	Status
Mobilidade Urbana	Sistemas de automação da sinalização da via férrea	66.076	Contratada
Carvão Vegetal	Construção de fornos mais eficientes para produção de carvão vegetal	7.600	Contratada
Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima	Capacidade Produtiva de equipamentos para redes elétricas inteligentes ("smart grids")	8.568	Contratada
Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima	Capacidade Produtiva de equipamentos para redes elétricas inteligentes ("smart grids")	10.000	Contratada
Energias Renováveis	Implantação de painéis fotovoltaicos e adaptação e desenvolvimento de novos componentes	16.700	Contratada
	Sub-total Contratadas	108.944	N/A

Os projetos da linha de Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima chegaram ao BNDES através do programa de fomento estruturado Inova Energia. Os projetos da Ecil Informática e CAS Tecnologia prevêem o apoio ao Plano de Inovação das empresas destinados à expansão de seus portfólios de produtos, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura e equipamentos nacionais para redes inteligentes (*smart grid*). O valor total do investimento da Ecil Informática é R\$ 12,7 milhões, dos quais R\$ 10,0 milhões originados do Fundo Clima. O projeto da CAS Tecnologia prevê investimento de R\$ 9,5 milhões, dos quais R\$ 8,6 milhões do Fundo Clima.

O projeto da linha de Energias Renováveis prevê a implantação de fábrica de painéis fotovoltaicos em Marechal Deodoro/AL, e o desenvolvimento e adaptação de novos componentes dos painéis. O valor total do investimento é de R\$ 31 milhões, dos quais R\$ 16,7 milhões do Fundo Clima.

3.3. Recursos Não-Reembolsáveis Aplicados em 2014

Em 2014, foram aplicados **R\$ 10.984.839,52 (dez milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos)** em projetos não reembolsáveis, equivalendo a 99,5% da execução do limite orçamentário definido e 64,4% da LOA 2014. Portanto, o limite orçamentário estipulado para o Fundo foi executado em sua quase totalidade. O total da LOA não foi alcançado porque novas metas de contenção de despesas foram estabelecidas pelo Governo.

O Quadro a seguir resume os tipos de projetos que foram efetivamente contratados e/ou executados com recursos não-reembolsáveis do orçamento 2014.

ÁREAS	TIPOS DE PROJETOS	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	VALOR EXECUTADO 2014
Área 1 Desenvolvimento e Difusão Tecnológica	Projetos e Estudos para aproveitamento energético do biogás (aterros sanitários, dejetos da pecuária) e da energia solar	ICMBIO	R\$ 0,00
		NPCFF	R\$ 498.270,96
Área 2 Práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semi-árido	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semi-árido	SFB	R\$ 687.936,70
Área 4 Adaptação da Sociedade e Ecossistemas	Serviços Ecológicos: recuperação, proteção e restauração de nascentes e de ambientes naturais	Pick_up-Au	R\$ 300.000,00
		ISA	R\$ 800.000,00
		UFPB	R\$ 171.426,95
	Impactos das mudanças climáticas globais sobre os recursos hídricos do bioma cerrado	Embrapa Cerrados	R\$ 269.347,66
	Construção de indicadores de vulnerabilidade da população como insumo para elaboração das ações do Plano Nacional de Adaptação	Fiocruz	R\$ 1.245.356,22
	Manejo florestal comunitário, pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias: chamadas públicas cerrado, amazonia e mata atlântica	SFB	R\$ 2.165.622,73
Área 5 Monitoramento e Avaliação	Sistema de Coleta de Informações oceanográficas: fortalecimento do Programa Nacional de Bóias (PNBOIA) por meio da aquisição de bóias meteo-oceanográficas oceânicas	Marinha	R\$ 1.548.800,00
	Recuperação de Dados Meteorológicos Históricos e sua Conversão para Formato Digital	INMET	R\$ 3.255.500,00
			R\$ 10.942.261,22

Parte dos projetos não-reembolsáveis de 2011 ainda está em execução, mas já receberam os recursos previstos nos respectivos cronogramas para 2011 e 2012.

Com os contingenciamentos orçamentários e com os limites liberados por negociação, as linhas de ação mais viáveis dentre aquelas aprovadas no PAAR 2014 foram constituídas pelas instituições com meios mais ágeis e rápidos na execução, destacando-se aquelas que já dispunham de projetos de cooperação técnica ou de projetos aprovados que demandavam aditivos, ou, ainda, com processos licitatórios em andamento para recursos de investimento.

O quadro a seguir resume a execução orçamentária de 2014.

EXECUÇÃO 2014 – FUNDO CLIMA

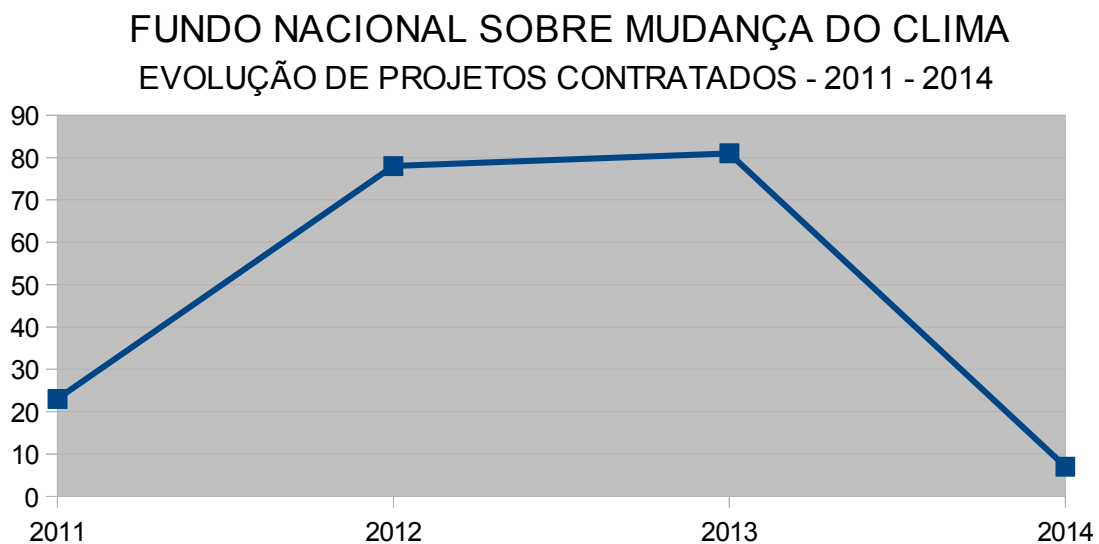
REEMBOLSÁVEL	EXECUÇÃO
RESTOS A PAGAR – TESOURO	R\$ 360.000.000,00
RESTOS A PAGAR - AGENTE FIN	R\$ 1.503.327,00
CONTINGENCIAMENTO AGENTE	R\$ 1.700.155,00
TOTAL EXECUTADO	R\$ 361.503.327,00
NÃO REEMBOLSÁVEL	
LOA 280 – RECURSOS PRÓPRIOS	R\$ 17.052.298,00
LOA 280 – ADMINISTRAÇÃO	R\$ 352.000,00
SUBTOTAL	R\$ 17.404.298,00
CONTINGENCIAMENTO MMA	R\$ 6.410.945,00
TOTAL	R\$ 10.993.353,00
TOTAL REEMB + NÃO REEMB	R\$ 372.496.680,00

3.4. Carteira de Projetos

Nos quatro anos de funcionamento, o Fundo Clima apoiou, com recursos não reembolsáveis, **46** instituições e **189** projetos, e com os recursos reembolsáveis financiou **5** empreendimentos.

Os projetos apoiados com recursos não-reembolsáveis somam o valor aproximado de R\$ 94,8 milhões, dos quais cerca de R\$ 87 milhões já transferidos nos últimos quatro exercícios. Os projetos apoiados com recursos reembolsáveis somam o valor de R\$ 108,9 milhões, contratados até dezembro de 2014.

A partir do primeiro ano de funcionamento, em 2011, o Fundo Clima vem aumentando significativamente o apoio a projetos, sobretudo em função de parcerias com instituições que possuem finalidades e missões semelhantes e convergentes com a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O Gráfico a seguir apresenta a evolução nos últimos quatro anos, em termos quantitativos, no apoio a projetos com recursos não-reembolsáveis, passando de 23 projetos apoiados em 2011 para 74 projetos apoiados no exercício de 2012, 81 projetos apoiados no exercício de 2013 e 7 projetos em 2014. Esse último ano foi, portanto, atípico em termos de quantidade de projetos apoiados. Isso decorreu parcialmente em função da diminuição dos recursos disponíveis, de um lado, e, de outro, da preocupação do Fundo Clima em focar em projetos mais estruturantes.



O acréscimo quantitativo dos projetos do exercício de 2011 para 2012 e 2013 corresponde a uma mudança no uso dos instrumentos de apoio que passa do convênio ao contrato, a partir de parcerias com outras unidades do MMA, e que se tornou rotina. Dada a evolução dos recursos disponibilizados para o Fundo na modalidade não-reembolsável, o aumento da carteira de projetos passa a ser mais moderado. Em todo o caso, considerando-se o período do PPA 2012 – 2015, o indicador apresentado de número de projetos apoiados cumpriu as metas antes de encerrado o período.

O Quadro a seguir apresenta a situação dos projetos contratados pelo Fundo Clima com recursos não reembolsáveis nos últimos quatro anos em relação ao estágio de desenvolvimento em que se encontram.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
RESUMO DA SITUAÇÃO DAS PARCERIAS 2011 a 2014
DEZEMBRO 2014**

	NÃO INICIADOS	ATRASADOS	NO CRONOGRAMA	CONCLUÍDOS
2011	0,0%	13,0%	47,8%	39,1%
2012	0,0%	0,0%	40,0%	60,0%
2013	0,0%	14,3%	71,4%	14,3%
2014	66,7%	0,0%	16,7%	16,7%
TOTAL	8,7%	8,7%	45,7%	37,0%

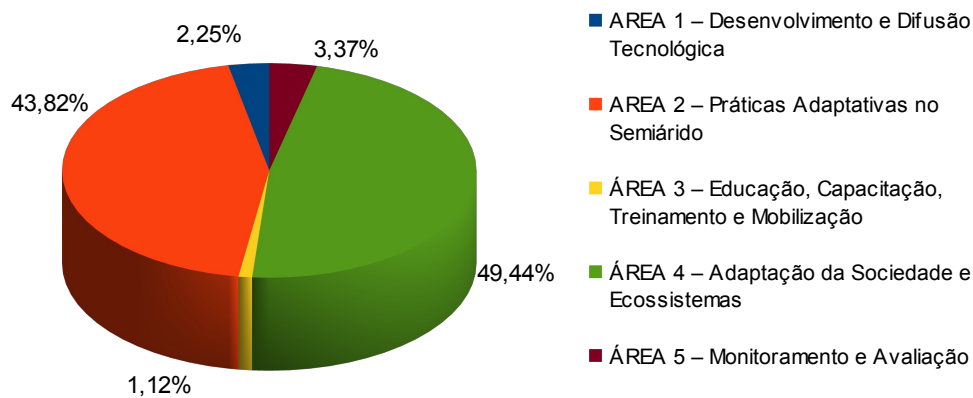
Apesar de ser um Fundo recente, a maioria (quase a metade) das parcerias está no cronograma proposto em seus respectivos planos de trabalho. Ressalte-se que eventuais alterações ocorridas nos planos de trabalho dessas parcerias, considerados “no cronograma”, foram motivados, em geral, por atrasos na liberação dos recursos pelo Governo Federal no início do exercício 2012 e não por motivação das instituições contratadas.

Em relação aos cronogramas “atrasados”, equivalente no final de 2014 a 8,7 % das parcerias totais, cuja maior parte refere-se ainda a 2011, os principais motivos devem-se a aspectos procedimentais, como a dinâmica dos processos licitatórios, quanto a questões climáticas que impactam as áreas de execução, como secas prolongadas ou estado de calamidade pública. Todos possuem fiscais ou monitores que proporcionam apoio e assistência para a solução das pendências e retomada do cronograma de trabalho.

Ressalte-se que já foram concluídos cerca de 37% das parcerias estabelecidas, ocorrendo um aumento significativo em relação à situação no ano anterior, que equivalia a 10% das parcerias.

O Fundo Clima possui cinco áreas de atuação, que é a parte mais abrangente da decomposição de suas linhas de ação (ver Glossário). O Gráfico a seguir apresenta a distribuição dos projetos contratados com recursos não reembolsáveis entre os anos 2011 e 2014, por área de atuação do Fundo.

FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
Projetos Contratados por Área de Atuação - 2011 a 2014



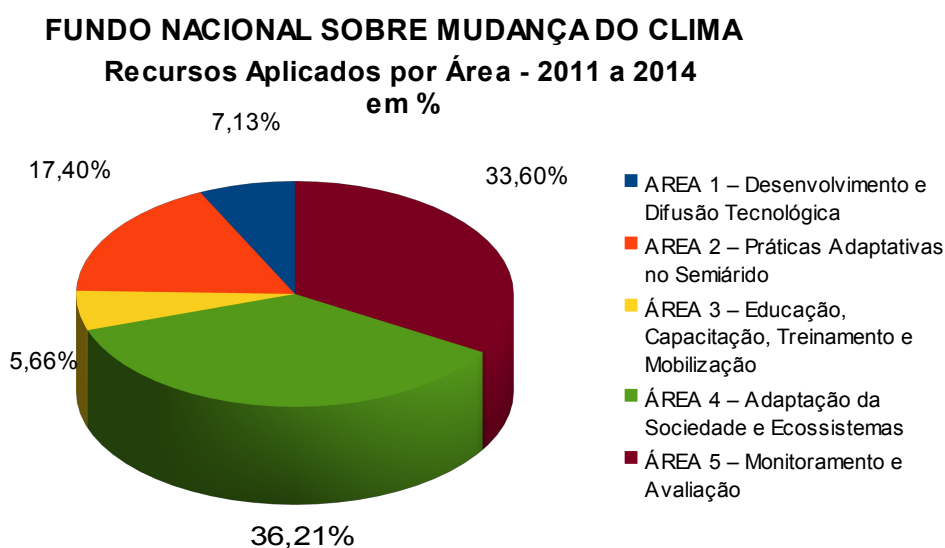
Pode-se constatar que a metade dos projetos contratados concentra-se na Área 4 – Adaptação da Sociedade e Ecossistemas e outros 2/5 concentram-se na Área 2 – Práticas Adaptativas no Semiárido. Nesse sentido, pelo menos 90% dos projetos não reembolsáveis do Fundo são voltados à adaptação aos efeitos da mudança do clima, denotando sua prioridade em contraponto aos recursos reembolsáveis, cujos desembolsos ocorreram para projetos de redução das emissões.

O Fundo Clima tem sido o principal instrumento para o combate à desertificação, visando ações de adaptação que passam pela formação técnica, inovação tecnológica, difusão de tecnologias sociais para convivência com a semiaridez (cisternas, curvas de nível, barreiras de pedra, barragens base zero, manejo florestal, eficiência energética).

Além disso, o Fundo Clima tem apoiado ações de assistência técnica, capacitação, formação profissionalizante no setor do manejo florestal, com vistas tanto à redução de emissões, quanto ao fortalecimento da resiliência de pequenos

produtores e assentados.

O montante de recursos aplicados nestas duas Áreas (2 e 4) corresponde a aproximadamente 54% do total aplicado. A Área 5 – Monitoramento e Avaliação conta com 1/3 dos recursos não-reembolsáveis do Fundo aplicados e destinados a projetos estruturantes da PNMC. (Vide Gráfico a seguir).

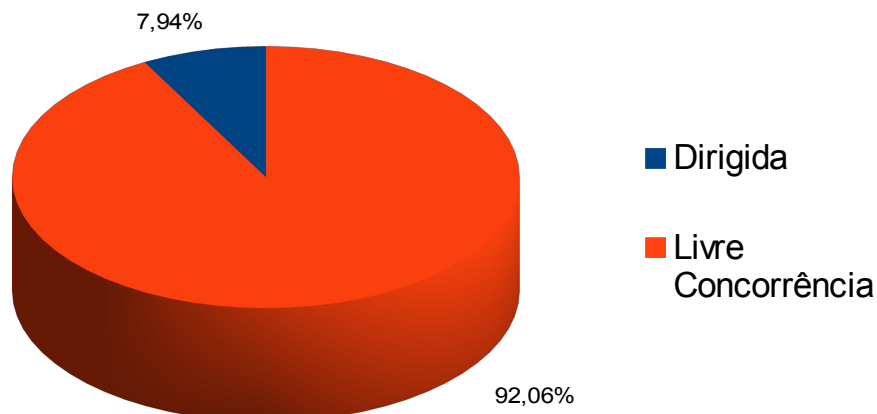


Cabe observar que, não obstante a Área 2 concentrar as Práticas Adaptativas no Semiárido, projetos de outras Áreas podem ocorrer também no Semiárido, em função de sua natureza específica.

Os projetos estruturantes da PNMC são contratados por meio de seleção dirigida, previamente aprovados pelo Comitê Gestor do Fundo, tratando-se, principalmente, de apoio à instalação de laboratórios e equipamentos, desenvolvimento de metodologias específicas e planos setoriais sobre mudança do clima, aquisição de imagens de satélite e sistematização de informações dispersas. Os demais projetos do Fundo são contratados por meio de seleção em livre concorrência, com publicação de chamadas públicas e editais. O Gráfico a seguir apresenta a distribuição dos projetos por modo de seleção nos últimos três anos. Observa-se que mais de 9/10 dos projetos contratados concorrem pelos recursos do Fundo por meio de seleção pública.

FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

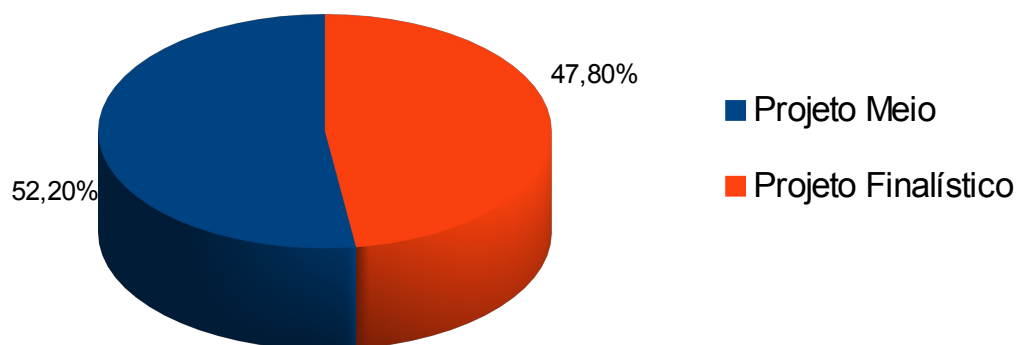
Projetos Contratados por Modo de Seleção - 2011 a 2014



Entretanto, considerando que os custos dos projetos estruturantes são mais altos, eles representam, em termos de valor apoiado, cerca de 52% dos recursos não reembolsáveis aplicados nos últimos quatro anos.

FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

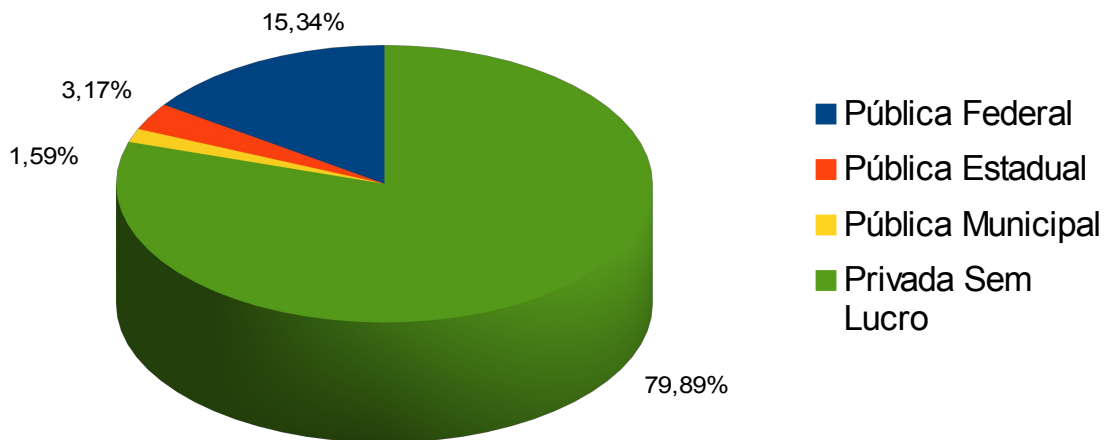
Recursos Aplicados por Modo de Seleção - 2011 a 2014 em %



Considerando-se os projetos contratados por tipo de instituição, pode-se observar que 4/5 dos contratos foram realizados com instituições privadas sem fins lucrativos. Cerca de 14% dos projetos são executados por instituições federais e a uma minoria por estados e municípios (Vide Gráfico a seguir).

FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

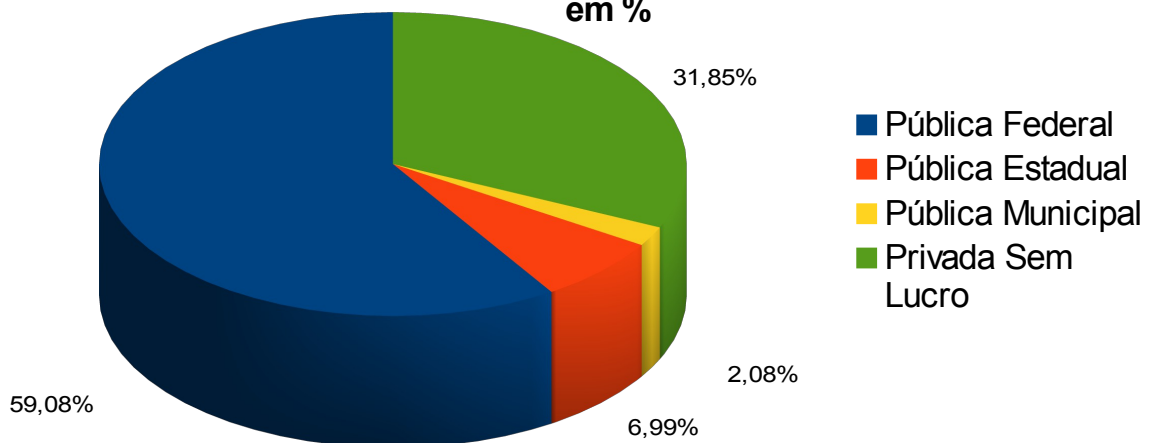
Projetos Contratados por Tipo de Instituição - 2011 a 2014



Quando tal comparação é feita com base no montante de recursos não reembolsáveis aplicados por tipo de instituição, a proporção se altera. Sobressaem-se as instituições federais (59%) em função dos custos mais altos dos projetos estruturantes, ao passo que 1/3 dos recursos destinaram-se aos contratos com entidades privadas sem fins lucrativos.

FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

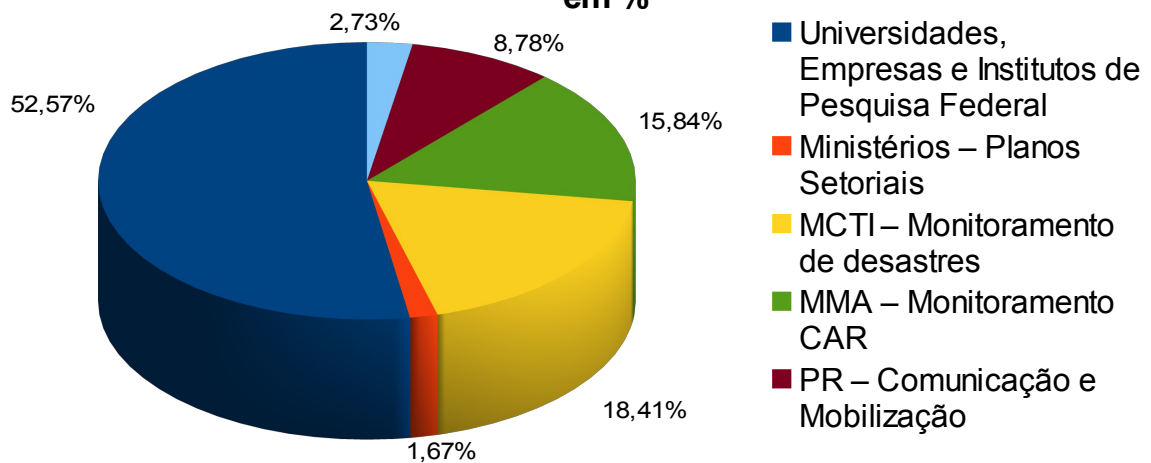
Recursos Aplicados por Tipo de Instituição - 2011 a 2013 em %



Quando se considera exclusivamente os recursos alocados nas instituições federais, pouco mais que a metade dos recursos foi aplicada em universidades,

empresas e institutos de pesquisa públicos. A outra metade aproximada foi aplicada diretamente nos Ministérios: dois projetos estruturantes de órgãos centrais da PNMC, o MCTI e o MMA, receberam 1/3 dos recursos aplicados em órgãos federais. Outros 10% foram aplicados em comunicação e mobilização e cerca de 2% nos planos setoriais de pesca e de agricultura. (Vide Gráfico a seguir)

FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA Recursos Aplicados em Instituições Federais - 2011 a 2014 em %



Os resumos dos projetos contratados entre 2011 e 2014 podem ser acessados, pelo endereço eletrônico:

<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima/projetos>

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Avaliação preliminar do desempenho do Fundo

Considerando-se o aspecto meramente orçamentário, o Fundo Clima executou 99,5% do seu recurso total disponível em 2014. A execução dos recursos não reembolsáveis foi de 99,32% do limite disponível, que equivale a cerca de 64,4 % da LOA (percentual disponível após os cortes orçamentários).

Cabe ressaltar que, desde a sua implantação, o Fundo Clima tem executado um alto percentual das dotações orçamentárias disponíveis, não obstante as dificuldades estruturais de recursos físicos e humanos.

Qualquer avaliação das atividades do Fundo Clima deve levar em conta que ele é um instrumento da PNMC e, portanto, o Fundo tem a missão de fortalecer a Política do Clima através da viabilização de ações inovadoras e transformadoras empreendidas pelas organizações públicas e privadas em adaptação e mitigação.

O Fundo Clima realiza tal missão de três formas:

- a) apoio direto à estruturação da PNMC, por meio da construção e instalação de laboratórios e estações de monitoramento, do desenvolvimento de metodologias e cenários relativos às mudanças do clima, de apoio aos planos setoriais e ao plano de adaptação, entre outros;
- b) apoio a experiências concretas de mitigação e adaptação, articulando ações de diversas políticas públicas com a PNMC tais como o combate à desertificação, a gestão costeira, o manejo florestal;
- c) apoio a projetos da Iniciativa Privada, com financiamento de baixo custo e longo prazo, voltados à inserção de iniciativas mitigatória em projetos e grandes empreendimentos.

O Fundo Clima é um instituto muito recente e seu desenvolvimento ainda não atingiu a fase de maturação plena necessária à realização de sua missão. Nestes quatro anos, o foco de suas atividades privilegiou a execução e o acompanhamento dos projetos não-reembolsáveis contratados como meio para viabilizar sua estruturação. Nesse sentido, muito ainda há que ser feito em termos institucionais

como organização administrativa, desenvolvimento e capacitação de equipe técnica, infraestrutura física e normativas correspondentes.

Por outro lado, é de vital importância para sua visibilidade, adequada transparência e comunicação, que se desenvolvam e aperfeiçoem indicadores de acompanhamento e impacto dos projetos. Os primeiros esforços já vêm sendo desenvolvidos, em colaboração com a cooperação técnica e envolvimento dos fiscais, monitores e responsáveis técnicos pelos projetos, o que permite apurar os primeiros resultados do Fundo. Já, os indicadores de impacto demandam o desenvolvimento de metodologias específicas, em colaboração com outros setores que atuam com a PNMC, não sendo uma atividade independente do Fundo.

As consultorias realizadas produziram os seguintes resultados: i) a base de dados dos projetos do Fundo, além de sistematizar as informações para um gerenciamento mais efetivo, permitiu a elaboração de um Atlas com informações territoriais para divulgação e disseminação de experiências; ii) o relatório sobre articulação com instituições financeiras públicas permitiu traçar uma estratégia financeira para o Fundo e consolidar instrumentos de repasse de recursos para apoio a projetos; iii) as atividades de apoio e capacitação dos parceiros do Fundo permitiu maior aproximação com os executores e soluções mais rápidas dos problemas detectados no acompanhamento dos projetos e na sua prestação de contas.

Embora esteja em processo de desenvolvimento de indicadores, o Fundo Clima já apresenta alguns resultados preliminares. Em relação aos recursos não-reembolsáveis, já foram implantados quase 3 mil equipamentos geotécnicos, geodésicos, pluviômetros e estações meteorológicas, hidrológicas e meteoceanográficas, 7 sistemas de monitoramento, entre eles o sistema de monitoramento costeiro e o sistema de monitoramento de risco, o desenvolvimento de 19 metodologias relativas à mudança do clima, como inventários e modelos de avaliação, de elaboração de cenários, de impactos sobre os recursos hídricos e a biodiversidade. Sob o aspecto social da adaptação, mais de 11.000 famílias já foram beneficiadas diretamente com projetos em execução, além da instalação de

mais de 445 equipamentos de natureza mitigatória e adaptativa, tais como secadores solares, fogões ecológicos, fornos ecoeficientes. Outras 400 unidades de equipamentos sociais estão sendo instalados, como cisternas, banheiros e poços tubulares. Do ponto de vista econômico, estão sendo desenvolvidos e implantados cerca de 90 planos e empreendimentos, tais como planos de negócio, planos de manejo, pontos de venda de tecnologia, além de serem implantados 256 sistemas agroflorestais. Quanto ao aspecto institucional, 3 laboratórios de monitoramento de emissões e de risco já foram construídos e implantados, 3 planos setoriais de mudança do clima apoiados, bem como o Plano Nacional de Adaptação, além de material de divulgação e conscientização e de teses e artigos acadêmicos voltados para a mudança do clima.

Em relação aos recursos reembolsáveis, teve prosseguimento a organização e o desenvolvimento das operações e, após um período de revisão das condições de financiamento, o Fundo Clima conseguiu formar uma carteira de projetos contratados, aprovados e em análise que soma R\$ 560 milhões em financiamento e alavancam um investimento total de mais de R\$1.990 milhões. Também foi desenvolvida uma metodologia de monitoramento de emissões para os projetos da carteira.

Dentre os desafios e metas propostos no início de 2014, além de executar o orçamento disponível, consistiam em finalizar com sucesso as diretrizes estabelecidas para o biênio, como aprofundar o planejamento organizacional da Gerência e a discussão sobre indicadores para os projetos do Fundo, além da apuração de alguns resultados dos projetos em andamento, fato importante em um momento em que um número expressivo de projetos chega ao final de execução.

O planejamento organizacional continuou sendo aperfeiçoado ao longo de 2014, e os instrumentos de gestão desenvolvidos em 2013, como o novo roteiro de projetos e o glossário, foram amplamente utilizados pelos proponentes durante a chamada de projetos realizada no ano.

Dentre os principais prioridades e desafios a serem enfrentados em 2015, devem ser considerados:

- Aprofundar a discussão sobre indicadores de resultado, validando-os com os executores e fiscais e monitores de projetos, com envolvimento do Comitê Gestor do Fundo.
- Desenvolver e implantar formas de comunicação mais eficientes sobre suas operações e resultados. Esta atividade deverá ocorrer de duas formas: i) no plano interno, em que alguns “nós” da rede de contato institucional dentro do MMA tenham mais conhecimento sobre as dificuldades, desafios e realizações do FNMC, tais como os departamentos da SMCQ, as demais secretarias do MMA, as Assessorias Orçamentárias e Financeiras, a Consultoria Jurídica, a Assessoria de Controle Interno, entre outros; ii) no plano externo, a alta direção governamental, os interessados potenciais e a sociedade em geral.
- Concluir e divulgar a avaliação externa do Fundo Clima em processo de execução pela CEPAL, com parceria do IPEA e da GIZ.
- Buscar alternativas de financiamento não sujeitas às restrições orçamentárias.

EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Marcos Estevan Del Prette – Gerente de Projetos

Délio Noel Gomes de Carvalho – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Carmen Tavares Collares Moreira - Analista Ambiental

Heraldo Peres Junior – Analista Ambiental

Vinícius Nogueira de Proença – Agente de Portaria

Roberto César Gonçalves – Agente Administrativo

Kleite Donato Figueiredo de Souza – Secretária

Nise Pereira - Técnica em Secretariado (*in memoriam*)

Francisco Fernando dos Santos Silva - Consultor em projetos do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura)

Kátia Castro de Matteo - Consultor em projetos do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura)

ASSESSORIA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SMCQ

Maria Verônica Cordeiro da Silva Lima – Coordenadora

Elieda Campos Moreira Castro

Rosimar da Silva Rosa

Maria Solange Carvalho Mello

Maria Helena Antonio

ANEXOS

ANEXO 1 - NORMAS QUE REGEM O FUNDO CLIMA

- **Lei 9.478/1997**, de 06 de agosto de 1997, dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. O § 2º, inciso II, deste mesmo artigo, dispõe que 10% (dez por cento) dos recursos dessa participação especial “sejam destinados ao Ministério do Meio Ambiente – MMA para o desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo”.
- **Relatório de Auditoria** do Tribunal de Contas da União (TC-004.151/2004-6).
- **Acórdão TCU 1665/2005**, determina que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG adote “as providências a seu alcance, necessárias para promover o efetivo cumprimento do disposto no art. 50, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.478/1997”; e que o MMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama apliquem “os recursos decorrentes da participação especial prevista no art. 50, § 2º, inciso II, da Lei 9.478/1997, exclusivamente em programas e projetos referentes à preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pela atividade da indústria do petróleo”.
- **Lei nº 12.114**, de 9 de dezembro de 2009, que altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478 e cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Fundo Clima, com o objetivo de assegurar recursos para apoio a projetos e estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.
- **Lei nº 12.187**, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e considera o Fundo Clima como um dos seus instrumentos (art. 6º).
- **Decreto nº 7.343**, de 26 de outubro de 2010, que regulamenta o Fundo Clima
- **Decreto nº 7.390**, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- **Lei nº 12.351**, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.
- **Lei nº 12.734**, de 30 de novembro de 2012, modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.
- **Portaria nº 101**, de 26 de março de 2012, que institui o calendário de Reuniões Ordinárias do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o ano de 2012.
- **Portaria nº 28**, de 4 de fevereiro de 2013, que institui o calendário de Reuniões Ordinárias do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o ano de 2013.
- **Portaria nº 251**, de 25 de julho de 2012, que institui o Grupo Técnico – GT para discutir questões e apresentar propostas para uso dos recursos reembolsáveis.
- **Portaria nº 370**, de 23 de outubro de 2012, que institui o Grupo Técnico – GT para discutir questões e apresentar propostas para uso dos recursos não-reembolsáveis.
- **Portaria nº 53**, de 08 de março de 2013, que designa os membros do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o biênio 2013 e 2013.
- **Resolução Bacen nº 4.267**, de 30 de setembro de 2013, que dispõe sobre financiamento ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)
- **Resolução Bacen nº 4.008 (Revogada)**, de 14 de setembro de 2011, que dispõe sobre financiamento ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)